

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO ELEITORAL**

CÓDIGO: DIR 03817

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03783 (Teoria da Constituição)

EMENTA:

Normas Constitucionais. Sistemas Eleitorais. Eleição Majoritária e Proporcional. Legislação Eleitoral. Elegibilidade e Inelegibilidade. Perda de Direitos Políticos. Partidos Políticos.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1 - Direito Eleitoral. Conceito. Objeto. Fontes Relações com as diferentes disciplinas jurídicas e importância de seu estudo.

2.2 - Poder Representativo. Manifestações eleitorais na Grécia e em Roma. Práticas eletivas na Idade Média. Instituições representativas em Portugal. O alvorecer das instituições representativas entre os germanos e saxões. Transplantação de instituições representativas lusitanas para o Brasil-colônia. Organização eleitoral brasileira após a Independência. Natureza da representação política. Transformações no regime representativo. Natureza do sufrágio.

2.3 - Organização eleitoral. Aspectos da organização eleitoral. Da extensão do sufrágio. Valor do sufrágio. Modo de sufrágio. Forma de sufrágio. Da distribuição territorial. Sistemas eleitorais. Implicações da organização eleitoral sobre os sistemas políticos. Refração do sistema eleitoral no ambiente rural. Distorções do sistema eleitoral no ambiente urbano.

2.4 - Justiça Eleitoral. O controle do processo eleitoral. Características institucionais. Órgãos e composição. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral. Competências.

2.5 - Ministério Público na Jurisdição Eleitoral. Conceito. Funções Posição institucional. Órgãos. Competências na jurisdição eleitoral. Causas *inibitoriais* de exercício de competências.

2.6 - Capacidade Política. A capacidade política: aquisição e exercício da cidadania. Requisitos à capacidade política. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.

2.7 - Alistamento Eleitoral. Do ato de alistamento. Efeitos do alistamento. Requisitos à inscrição eleitoral. Processo. Transferência. Fases do alistamento. Cancelamento e exclusão. Fiscalização partidária.

2.8 – Elegibilidade. Elegibilidade: escolha e registro de candidatos. Partes legítimas para arguição. Impugnações. Inelegibilidade. Procedimentos objetivando a declaração de inelegibilidade.

2.9 – Garantias Eleitorais. Aspectos gerais.

2.10 – Propaganda Eleitoral. Conceituação da propaganda. Técnicas de propaganda. A liberdade de propaganda. Dimensionamento jurídico da propaganda eleitoral no Brasil. Pressupostos igualitários na propaganda política. Processos de controle aplicáveis à propaganda.

2.11 – Atos preparatórios à votação. Divisão eleitoral. Seções eleitorais. Composição das mesas receptoras. Competência das mesas receptoras. Localização das mesas receptoras. Fiscalização perante as mesas receptoras. Medidas preparatórias.

2.12 – Votação. Instalação do trabalho da mesa receptora. A manifestação do voto. Votos em separado. Regras especiais de votação. Impugnações e recursos. Encerramento da votação.

2.13 – Apuração eleitoral. Funcionamento da Junta Apuradora. Abertura da urna. Impugnações e recursos durante a apuração. Contagem de votos. Da escrituração pertinentes à apuração. Apuração nos Tribunais Regionais. Proclamação e diplomação dos eleitos.

2.14 – Invalidade de atos eleitorais. Invalidade no Direito Eleitoral. Nulidades no Código Eleitoral. Anulabilidades no Código Eleitoral. Invalidade de atos partidários.

2.15 – Recursos eleitorais. Conceituação do recurso. Modalidades dos recursos eleitorais. Interposição dos recursos eleitorais. Tramitação dos recursos nos Tribunais. Prazos dos recursos. Efeitos dos recursos.

2.16 – Crimes eleitorais. Progressivo isolamento dos crimes eleitorais da legislação penal comum. Natureza dos crimes eleitorais. Classificação dos crimes eleitorais. Especificação dos crimes eleitorais. A conexão dos crimes eleitorais. As penas nos crimes eleitorais.

2.17 – Processo Penal e Processo Disciplinar no Direito Eleitoral. Apreciações introdutórias. Processo Penal Eleitoral. Princípios processuais. Recursos e execuções criminais. Processo disciplinar eleitoral. Processo disciplinar partidário

### 3 – METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CÂNDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. São Paulo, JALÓVI
- COSTA, Antônio Tito. Recursos em matéria eleitoral. São Paulo, RT
- COSTA, Edigard. A Legislação Eleitoral Brasileira. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional
- COSTA, Elcias Ferreira da. Compêndio de Direito Eleitoral. São Paulo, Sugestões Literárias.
- FERREIRA, Luís Pinto. Comentários à Constituição Brasileira. São Paulo, Saraiva
- \_\_\_\_\_. Comentários ao Código Eleitoral. São Paulo, Saraiva
- JARDIM, Torquato. Introdução ao Direito Eleitoral Positivo. Brasília, Brasília Jurídica
- LEMBO, Cláudio. Participação Política e Assistência Simples no Direito Eleitoral. Rio de Janeiro, Forense Universitária
- MATTA, Aroldo. Abuso de Poder Econômico no Direito Eleitoral. Fortaleza, Stylos
- MOTTA FILHO, Cândido. Conteúdo Político das Constituições. Rio de Janeiro, Freitas Bastos
- NESS, Pedro Henrique Távora. Direitos Políticos - Condições de Elegibilidade e Inelegibilidade. São Paulo, Saraiva
- RIBEIRO, Fávila. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro, Forense
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros Editora